

AMIZADE: BENEVOLÊNCIA E RECIPROCIDADE NA ÉTICA A NICÔMACO**FRIENDSHIP: BENEVOLENCE AND RECIPROCITY IN NICOMACIAN ETHICS**André Luiz Bernardo Storino¹**Resumo**

Este artigo debruça-se sobre o conceito de Amizade, desenvolvido por Aristóteles no livro *Ética a Nicômaco*, e a sua relação com os conceitos de benevolência e reciprocidade. Partindo do princípio de que na amizade a benevolência precisa ser conhecida, e quando a esta se acrescenta a reciprocidade, pode-se conceber uma amizade, cujo fim é o prazer ou a utilidade ou o outro em si mesmo, denominado por Aristóteles como amizade pelo prazer, amizade pela utilidade e amizade perfeita. Assim, ao analisar a *Ética a Nicômaco*, pode-se perceber que o conceito de benevolência é suficientemente amplo para abarcar a forma qualificada de afeição e hábito que existem nas amizades e que envolve não só o querer bem a alguém, mas, fundamentalmente, o que ama e o bem que se dispensa. O conceito de reciprocidade, da maneira como é apresentado pelo filósofo, torna-se imprescindível para a compreensão tanto das amizades entre iguais quanto entre desiguais. Dessa forma, a benevolência e a reciprocidade estão intimamente ligadas para que haja amizade e, uma vez existido, não acabe, isto é, são conceitos que se relacionam e se tornam necessários à categorização e constituição da amizade.

Palavras-chave: Aristóteles; *Ética a Nicômaco*; amizade; benevolência; reciprocidade.

Abstract

This article focuses on the concept of Friendship, developed by Aristotle in the book *Nicomachean Ethics*, and its relationship with the concepts of Benevolence and Reciprocity. Starting from the principle that in friendship benevolence needs to be known, and when reciprocity is added to this, a friendship can be conceived, and its goal is pleasure, usefulness or the other in itself, called by Aristotle as friendship for pleasure, friendship for usefulness and perfect friendship. Thus, when analyzing *Nicomachean Ethics*, it can be noticed that the concept of benevolence is broad enough to encompass the qualified form of affection and habit that exist in friendships and that involves not only wishing someone well, but, fundamentally, who loves and the good that is done. The concept of reciprocity, as presented by the philosopher, becomes essential for understanding both friendships between equals and unequals. In this way, benevolence and reciprocity are closely linked so that there is friendship. And once it exists, it does not end, it means, these are concepts that are related and become necessary for the categorization and constitution of friendship.

Keywords: Aristotle; *Nicomachean Ethics*; friendship; benevolence; reciprocity.

¹ Graduado em Filosofia pela Universidade Católica de Petrópolis, UCP. Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UNIRIO. Email: dresofia@gmail.com

Introdução

Não existe amizade sólida sem confiança, e a confiança é adquirida com o tempo, porque é necessário experimentar os homens para apreciá-los; pois, como disse Theognis: 'Para conhecer os corações, precisamos de mais de um dia'". (Aristóteles. Moral a Eudemo, s/d, p. 303, tradução nossa) ²

A amizade, tão cara à vida humana, abarca muitos conceitos e questões, e esse trabalho tem como objetivo discutir a relação entre os conceitos de benevolência e de reciprocidade para a compreensão da amizade, abordada por Aristóteles nos livros VIII e IX, na *Ética a Nicômaco*. A partir da análise do texto da obra de Aristóteles, como também de alguns de seus comentadores, pretende-se refletir se tanto a benevolência quanto a reciprocidade são fundamentais para a constituição da amizade.

Inicialmente lançamos luz sobre o porquê Aristóteles resolve debruçar-se sobre esse tema tão necessário à vida, a fim de analisar duas posturas diferentes segundo as quais a formação da amizade dava-se ou entre iguais apenas ou entre contrários somente, excluindo-se mutuamente. Ao estabelecer a distinção entre as diferentes espécies de amizade, começa, assim, a distinção das espécies de amizades. A amizade que tem por base a utilidade, a que ocorre devido ao prazer que as partes proporcionam e aquela denominada amizade perfeita, na qual outro é um bem em si mesmo. Esta espécie de amizade encontra-se, sobretudo, na virtude, isto é, própria do homem virtuoso, da pessoa boa.

As três espécies de amizade são marcadas pela igualdade, na qual cada parte deve receber igualmente ou semelhantemente aquilo que ofereceu. Põe-se a examinar ainda as amizades marcadas, fundamentalmente, por uma desigualdade entre as partes, na qual a relação será igualada proporcionalmente, isto é, por serem as partes diferentes é justo que cada uma receba aquilo que lhe seja próprio, conforme a posição que ocupa. Assim, têm-se as amizades entre os governantes e governados, pais e filhos e entre os irmãos.

Em seguida, abordar-se-á a relação entre a amizade e a benevolência. O simples fato de fazer parte de uma sociedade e ser um integrante de uma comunidade política não é garantia de que todos serão amigos. Para que haja amizade, faz-se necessário que cada um se mostre amigo e desenvolva os atos próprios que compõem esta relação. Antes, é preciso que a benevolência se origine em um ato de vontade, e não de uma afeição, para desenvolver o que lhe é próprio, a fim de possibilitar a convivência. Convivência esta, fundamentalmente, abarcada pela

² "No hay amistad sólida sin confianza, y la confianza se adquiere con el tiempo, porque es preciso experimentar a los hombres para poderlos apreciar; pues, como disse Theognis: 'Para conocer los corazones, necesitamos más de un día'".

beneficência, a qual caracteriza a relação dos amigos, uma vez que é natural fazer o bem aos seus. Por esses motivos, precisa Aristóteles, a impossibilidade dos homens maus serem também amigos, já que não permanecem constantes a si mesmos e nem aos demais.

Ainda, examinar como a amizade reivindica a reciprocidade para ser concretizada, mas não qualquer reciprocidade. Uma reciprocidade, necessariamente, permeada por justiça, a fim de não permitir que as partes da amizade saiam prejudicadas. Para tal, Aristóteles emprega e esclarece o conceito de igualdade, que adquire certas nuances, para definir em que medida um amigo poderá se relacionar respeitando a outra parte e como, em cada espécie de amizade, a reciprocidade se apresenta e como é fundamental para todas.

Por último, intenciona-se demonstrar como e até que ponto a amizade necessita dos conceitos de reciprocidade e benevolência para possibilitar o relacionamento entre iguais ou diferentes em virtude.

1 - A concepção de amizade na Ética a Nicômaco

Aristóteles, após tratar da felicidade e das virtudes, pontos centrais que compõem sua obra, trata também da amizade, assunto não menos relevante, uma vez que considera a amizade “sumamente necessária à vida. Porque sem amigos ninguém escolheria viver, ainda que possuísse todos os outros bens” (Aristóteles, 1984, p. 179, VIII, 1, 1155 a 5).

A amizade é uma disposição de caráter, afirma Aristóteles “Ora, dir-se-ia que o amor é um sentimento e a amizade é uma disposição de caráter porque se pode sentir amor mesmo pelas coisas inanimadas, mas o amor mútuo envolve escolha, e a escolha procede de uma disposição de caráter” (Aristóteles, 1984, p. 184, VIII, 5, 1157 b 30). Dessa forma, é assim uma virtude e, como tal, põe em boa condição a coisa na qual dá a excelência, fazendo como que a sua função seja desempenhada mais plenamente.

Aristóteles apresenta, como exemplo, a excelência de um cavalo que o torna bom em si mesmo, quando numa corrida carregando o seu cavaleiro, tanto como em se guardar de pé firme ao ataque do inimigo. Admite que isto seja válido para todos os casos, onde, também, a virtude do homem será uma disposição de caráter que tende a torná-lo “(...) bom e que o faz desempenhar bem a sua função (...)” (Aristóteles, 1984, p. 72, II, 6, 1106 a 15-25). A virtude, sendo uma disposição de caráter, está relacionada com a escolha e esta, por sua vez com base numa mediania – relativa ao particular de um sujeito – “(...) a qual é determinada por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática (...)” (Aristóteles, 1984, p. 73, II, 6, 1107 a), que, de modo intrínseco, pode ser relacionado com

o conceito de amizade, no qual se encontram aspectos fundamentais como a benevolência e a reciprocidade (Cunha, 2000).

Aristóteles inicia sua reflexão a partir das concepções já existentes, que constituíam duas vertentes contrárias. Aquela que concebia a amizade por uma certa afinidade na qual o semelhante busca o semelhante sustentada por Empédocles, e tendo o oposto em Heráclito, na qual “‘de notas diferentes nasce a melodia mais bela’, e ainda: ‘todas as coisas são geradas pela luta’” (Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, 1984, p. 180, VIII, 1, 1155 a 5-10), ou seja, é a afirmação daquele que concebe a amizade como uma união dos diferentes. Mas difere destas investigações, uma vez que se põe a examinar os atos que envolvem caráter e sentimentos, por exemplo: “(…) se a amizade pode nascer entre duas pessoas quaisquer, se podem ser amigos os maus, e se existe uma só espécie de amizade, ou mais (…)” (Aristóteles, 1984, p. 180, VIII, 2, 1155 b 10-15).

Aristóteles afirma que a amizade é concebida em suas três espécies ³ e para entendê-las é mister iniciar pelo conhecimento do objeto do amor, pois “(…) nem tudo parece ser amado, mas apenas o estimável, e este é bom, agradável ou útil (…)” (Aristóteles, 1984, p. 180, VIII, 2, 1156 b 20-25). O objeto do amor é, por vezes, identificado com aquilo que o indivíduo apreende como sendo o bem ou fim, como “adequado a si mesmo, à sua natureza e à sua perfeição” (Cunha, 2000, p. 38). Logo, ama-se o que é bom em si mesmo, o bem num sentido absoluto; ama-se, também, aquilo que é tido como um bem comum e, por fim, ama o que parece ser o bem para si mesmo. Contudo, Aristóteles, não emprega a palavra amizade à relação de amor com os objetos inanimados, por não se tratar de amor mútuo, e se algum bem lhe é devotado é para que continue como tal e possa conservar-se útil.

Já quanto à relação de amizade há a diferença fundamental de se desejar o bem do amigo em vista dele próprio. Quando este desejo do bem ao amigo é acompanhado de reciprocidade e do conhecimento das partes, então se torna amizade. Conforme assevera Aristóteles:

[...] diz-se que devemos desejar-lhes o bem no interesse deles próprios. Mas aos que desejam bem dessa forma só atribuímos benevolência, se o desejo não é recíproco; a benevolência, quando recíproca, torna-se amizade. Ou será preciso acrescentar “quando conhecida”? Pois muita gente deseja bem a pessoas que nunca viu, e as julgas boas e úteis; e uma delas poderia retribuir-lhe esse sentimento. Tais pessoas parecem desejar bem umas às outras; mas como chamá-las de amigos se ignoram os seus mútuos sentimentos? A fim de serem amigas, pois, devem conhecer uma à outra como desejando-se bem reciprocamente por

³ Não há a pretensão de discutir como Aristóteles concebe a relação entre as espécies de amizade que aparecem na *Ética a Eudemo* e na *Ética a Nicômaco*. Discussão presente em: BERTI, Enrico. A relação entre as formas de amizade segundo Aristóteles. *Analytica*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 23-44, 2001/2002.

uma das razões mencionadas acima (Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, 1984, p. 180, VIII, 2, 1155 b 30-35; 1156 a 5).

2 - As três espécies de amizade

Assim como há três razões possíveis para situar o objeto do amor, Aristóteles admite haver três espécies de amizade, “(...) pois com respeito a cada uma delas existe um amor mútuo e conhecido, e os que se amam desejam-se bem a respeito daquilo por que se amam (...)” (Aristóteles, 1984, p. 181, VIII, 3, 1156 a 5). Em conformidade com o número de coisas que são estimáveis, pode-se, analogamente, conceber cada uma das formas de amizade, a saber: a amizade, onde o outro é amado tendo em vista a utilidade; a amizade que se caracteriza pelo prazer na qual o outro é amigo enquanto proporciona alguma fonte de prazer e, por fim, a amizade, cujo outro é um bem em si mesmo, ou seja, para Aristóteles, a amizade perfeita é a que ocorre entre aqueles homens que “(...) são bons e afins na virtude, pois esses desejam igualmente bem um ao outro enquanto bons, e são bons em si mesmos (...)” (Aristóteles, 1984, p. 181, VIII, 3, 1156 a 10-15).

A amizade que busca a utilidade, configura-se por encontrar no outro uma possibilidade de lucro, cujo amigo é um instrumento do qual se pode utilizar em benefício próprio, a permanência na amizade acontece enquanto há qualquer tipo de vantagem. Nessa espécie de amizade, o outro não é recebido como um bem em si mesmo, mas em vista de uma certa utilidade, pois os que se amam desse modo, tendem a amar o outro não por aquilo que ele é, mas amam em virtude do que o outro pode retribuir. Por isso, “(...) os que amam por causa da utilidade, amam pelo que é bom para eles mesmos (...)” (Aristóteles, 1984, p. 181, VIII, 3, 1156 a 10-15). Como o útil é efêmero, pois muda constantemente, do mesmo modo esta amizade há de se desfazer quando cessar a utilidade.

Próprios dessa espécie de amizade são os homens de espírito mercantil que nas relações buscam, geralmente, aquilo que é vantajoso para si, fazendo que ela subsista enquanto a recíproca apresenta utilidade para as partes. Há de ser aquela que mais se forma entre contrários, ou seja, constitui-se entre aquele que é privado de tal coisa e visualiza a possibilidade de adquirir através do outro. Segundo Aristóteles, seria a amizade, na qual a relação é caracterizada pela desigualdade, porque um reconhece que pode adquirir no outro aquilo que lhe falta (Pichler, 2004b, p. 198).

Segundo Aristóteles, baseada no prazer é aquela espécie de amizade, na qual o amor é direcionado ao outro à medida que ele é fonte de gozo, e os que dessa forma amam, amam as

coisas que lhes são apazíveis na outra pessoa. O outro não é amado enquanto um bem em si mesmo, mas em virtude do prazer que proporciona.

Esse tipo de amizade, ao contrário da amizade que visa à utilidade, é característica dos jovens que tendem a se apaixonar na mesma proporção que são dados ao esquecimento: sendo amorosos, a amizade depende, extrinsecamente, de uma certa dose de emoção resultante do prazer imediato. Contudo, não se pode negar que há entre eles o desejo de viverem juntos a vida toda, pois se assim não fosse, não alcançariam o propósito da amizade. O desejo de amizade ainda não é amizade, mas para que este desejo venha a se tornar amizade necessário que os dois saibam que são estimáveis.

Essa espécie de amizade tem uma forte semelhança com a amizade perfeita,⁴ mas difere desta, uma vez que não reconhece o outro como um bem em si mesmo e o ama em interesse próprio, por isso cessando o prazer a amizade não se sustenta.

Segundo Aristóteles, a amizade perfeita:

[...] é a dos homens que são bons e afins na virtude, pois esses desejam igualmente bem um ao outro enquanto bons, e são bons em si mesmos. Ora, os que desejam bem aos seus amigos por eles mesmos são os mais verdadeiramente amigos, porque fazem em razão da sua própria natureza e não acidentalmente. (Aristóteles, 1984, p. 181, VIII, 3, 1156 B 5-10).

A amizade perfeita configura-se nos atos de benevolência, quando o amor é recíproco e conhecido pelas partes, sobretudo quando o outro não mais representa um fim utilitário e prazeroso, embora a amizade perfeita abarque tais situações, visto que os bons são bons em sentido absoluto e a utilidade é recíproca, podendo ser dito o mesmo para a amizade tendo em vista o prazer, uma vez que os bons sendo tanto em si mesmos como para os outros e “[...] agradam as suas próprias atividades e outras que lhe sejam semelhantes, e as ações dos bons são as mesmas ou semelhantes” (Aristóteles, 1984, p. 181, VIII, 3, 1156 b 10-15). Assim, as espécies de amizade que se baseiam na utilidade ou no prazer podem ser consideradas amizades somente em analogia com a amizade perfeita, uma vez que “[...] numa amizade desta espécie as outras qualidades também são semelhantes em ambos; e o que é irrestritamente bom também é agradável no sentido absoluto do termo, e essas são as qualidades mais estimáveis que existem.” (Aristóteles, 1984, p. 182, VIII, 3, 1156 b 10-15).

⁴ “A amizade que visa ao prazer tem certa parecença com esta espécie, porquanto as pessoas boas são de fato agradáveis umas às outras. O mesmo se pode dizer da amizade que busca a utilidade, pois os bons também são úteis uns aos outros” (Aristóteles, 1984, p. 182, VIII, 4, 1157 a). Pode-se dizer o mesmo da espécie de amizade cuja utilidade é o fim desejado, pois a amizade perfeita abarca ambas.

Contudo, amizades perfeitas não são tão frequentes, pois admite que homens assim – semelhantes na virtude – são raros e para que a amizade seja tal, é necessário que se acrescente tempo e familiaridade. Ainda que o desejo de amizade possa surgir com tamanha rapidez, não se pode dizer que as partes são amigas, pois reza o adágio que somente depois de se ter consumido uma certa quantidade de sal, é que poderá ocorrer a amizade. Por isso, para a amizade ocorrer efetivamente, terá que perfazer este caminho fundamental, no qual:

[...] os homens não podem conhecer-se mutuamente enquanto não houverem ‘provado sal juntos’; e tampouco podem aceitar um ao outro como amigos enquanto cada um não parecer estimável ao outro e este não depositar confiança nele [...] porque o desejo de amizade pode surgir depressa, mas a amizade não. (Aristóteles, 1984, p. 182, VIII, 3, 1156 b 25-30).

Essa espécie de amizade é perfeita porque cresce com o companheirismo e tende a se aperfeiçoar devido às atividades e influências que uns exercem sobre os outros, onde cada qual “[...] recebe dos demais o modelo das características que aprova – e daí a frase: ‘(aprender) ações nobres de homens nobres’ [...]”. (Aristóteles, 1984, p. 215, IX, 12, 1172 a 10-15), pois, nesses homens, o amor é encontrado em sua melhor forma. E na relação de amizade parece mais nobre amar do que ser amado – porque amar é a virtude característica dos amigos – visto que, os louvados são aqueles que, primeiramente, amam os seus amigos e, amando na medida justa, alcançam durabilidade na relação e somente esse tipo de amizade resiste às calúnias e ao tempo.

Assim, essa espécie de amizade, onde o outro é um bem estimado em si mesmo e não em vista de um prazer ou de uma utilidade, pode ser considerada perfeita tanto no tocante a duração como a outros respeitos, pois nela “[...] cada um recebe de cada um a todos os respeitos o mesmo que dá. Ou algo de semelhante; e é exatamente isso o que deve acontecer entre amigos” (Aristóteles, 1984, p. 182, VIII, 4, 1156 b 30-35).

3 - Espécies particulares de amizades

Nas relações entre pai e filho, marido e mulher, governante e governado em geral, Aristóteles admite a existência de amizade que se origina de uma certa desigualdade entre as partes. Porém, as relações – pai e filhos, marido e mulher e governante e governado – diferem uma da outra e entre si, pois amizade de pai para com filho não é a mesma do filho para com o pai. Porquanto, como a função de cada um nessa relação é diferente, diferem também as razões pelas quais dispensam o amor, por isso o amor nessas espécies particulares de amizades “[...] deve ser proporcional [...], pois quando o amor é proporcional ao mérito das partes estabelece-

se, em certo sentido, a igualdade, que é indubitavelmente considerada uma característica da amizade” (Aristóteles, 1984, p. 186, VIII, 7, 1158 b 25). Uma vez estabelecida a igualdade entre as partes, por meio do amor, porque na amizade busca-se mais amar do que ser amado, visto que amar é característico dos amigos e o amor na mediania é durável, as partes podem alcançar seu propósito. Embora, esta relação seja própria de um superior com seu inferior, não destoará das espécies já definidas por Aristóteles. Por isso, o filósofo afirma que:

[...] existem três espécies de amizade, como dissemos no começo de nossa investigação, e com respeito a cada uma delas alguns são amigos em termos de igualdade e outros em virtude de uma superioridade (pois não só homens bons podem torna-se amigos, mas um homem melhor pode fazer amizade com outro pior, e também nas amizades que se baseiam no prazer e na utilidade os amigos podem ser iguais ou desiguais quanto aos benefícios que conferem). Assim sendo, os iguais devem ser amigos numa base de igualdade quanto o amor e a todos os outros respeitos, ao passo que os desiguais devem beneficiar-se proporcionalmente à sua superioridade ou inferioridade (Aristóteles, 1984, p. 193, VIII, 12, 1162 a 35; 13, 1162 b 5).

Aristóteles ratifica a possibilidade de um homem superior tornar-se amigo de um inferior, pois, assim, é que se configuram como uma parte da esfera maior que é a comunidade política. Embora cada grupo tenha em vista um bem particular que diz respeito a si na comunidade política, não se pode separá-lo, porque agindo em benefício próprio ou dos seus, intrinsecamente, inclui-se na mesma “(...) que não visa à vantagem imediata, mas ao que é vantajoso para a vida do seu todo(...)” (Aristóteles, 1984, p. 189, VIII, 9, 1160 a 10). Assim como nessa relação se formam os determinados grupos que a compõe, desse modo em cada grupo aparece uma forma de amizade na mesma proporção que há justiça.

Pode-se, analogamente, encontrar nas famílias as formas de constituições de governo. Aristóteles compara a relação dos pais com seus filhos como sendo uma relação monárquica, cujos superiores – pais – são os que dispensam os maiores benefícios aos filhos e, por estarem em esferas diferentes, relacionam-se de modo proporcional ao mérito, visto que a justiça não é a mesma nas partes. No tocante à aristocracia, pode-se dizer que a relação de marido e mulher é a mais adequada, pois está conforme a virtude, porque cada qual recebe aquilo que lhe compete, sendo a justiça proporcional às partes. Enquanto que a relação de maior semelhança como a timocracia é a dos irmãos, uma vez que o ideal é que todos sejam iguais e equitativos⁵.

Contudo, “nas formas de desvio, porém, como mal existe justiça, também é rara a amizade” (Aristóteles, 1984, p. 191, VIII, 11, 1161 a 30). No governo dos tirânicos há pouca

⁵ Para o que foi exposto são satisfatórias apenas estas analogias. Neste caso, é oportuno saber que “(...) toda forma de amizade envolve associação. Poder-se-ia, no entanto, distinguir das outras amizades dos familiares e a dos camaradas. As dos concidadãos, contribuais, companheiros de viagem, etc., se assemelham mais às amizades de associação, pois parecem repousar sobre uma espécie de pacto” (Aristóteles, 1984, p. 191, VIII, 12, 1161 b 10-15).

ou nenhuma amizade, pois não há nada que aproxime o governado do governante, uma vez que a justiça aí não existe. Como exemplo, Aristóteles, usa a figura do escravo que é visto como uma ferramenta viva, porquanto não pode haver amizade e nem justiça com coisas inanimadas. Contudo, “enquanto escravo” é impossível que haja amizade, “mas enquanto homem isso é possível, pois parece haver uma certa justiça entre um homem qualquer e outro homem qualquer que tenha condições para participar de um sistema jurídico ou ser partes num ajuste: logo, pode haver amizade com ele na medida em que é um homem” (Aristóteles, 1984, p. 191, VIII, 11, 1161 b 5).

Nessas espécies de amizade pode ser encontrada tanto a utilidade quanto o prazer; contudo, se cada um basear-se na virtude e as partes forem boas, possuindo cada um sua virtude própria, e ambos se deleitarem nisso, pode nascer, também, a amizade perfeita.

4 - A relação entre amizade e benevolência

A relação entre amizade e benevolência é tratada em *Ética a Nicômaco*, nos livros VIII e IX. Mas é no capítulo V, do livro IX, que Aristóteles mostra claramente que ela é um aspecto essencial da amizade, na medida em que for conhecida e recíproca.

A benevolência, quando recíproca, torna-se amizade. Ou será preciso acrescentar “quando conhecida?” Pois muita gente deseja bem as pessoas que nunca viu, e as julga boas e úteis; e uma delas poderia retribuir-lhe esse sentimento. Tais pessoas parecem desejar bem umas às outras; mas como chamá-las de amigos se ignoram os seus mútuos sentimentos? (Aristóteles, 1984, p. 180, VIII, 2, 1156 b 30-35; 1156 a 5).

Assim, para que a benevolência venha concretizar-se como amizade de fato, antes é preciso que quem a pratique, faça-o de modo conhecido e por longo tempo, pois acostumando a querer o bem do outro, não de maneira repentina, mas através da convivência outorgada pela eleição, e que encontra o seu ápice no hábito, realizará as características próprias da amizade, pois esta não está vinculada somente a desejar o bem ao outro.

Assim, pontua Marisa Lopes, em *Ação e virtude cívica em Aristóteles* (2004):

Os que são apenas benevolentes não estão ligados pela amizade, eles apenas querem o bem daqueles que são destinatários de sua benevolência, mas não os secundam em nada, nem se inquietam com eles [...]. A amizade, portanto, não se restringe à afeição, a uma benevolência reservada, que pode ser cultivada mesmo por aqueles que jamais vimos (Lopes, 2004, p. 74).

A benevolência tende a acontecer repentinamente e se pode senti-la mesmo em relação àquele que não se conhece e sem que ele o saiba, enquanto que a amizade reivindica intensidade,

desejo e intimidade. Na vida social não é suficiente ao homem encontrar-se na mediania entre o obsequioso e o grosseiro para ser amigo de outro, pois mesmo que a mediania se pareça com a amizade, não pode sê-la, pois não implica nem paixão e nem afeição e os que aí se encontram agem igualmente com todos, procurando sempre naquilo que é honroso e conveniente não causar dor ou proporcionar prazer.

Que as disposições que acabamos de nomear são censuráveis, é evidente, assim, como é digna de louvor a disposição intermediária – isto é, aquela em virtude da qual um homem se conforma e se rebela ante as coisas que deve e da maneira devida. Nenhum nome, porém lhe foi dado, embora se assemelhe acima de tudo à amizade. Com efeito, o homem que corresponde a essa disposição intermediária aproxima-se muito daquele que, com o acréscimo da afeição, chamamos um bom amigo. Mas a disposição em apreço difere da amizade pelo fato de não implicar paixão nem afeição para com as pessoas com quem tratamos, visto que não é por amor nem ódio que um homem acolhe todas as coisas como deve, e sim por ser um indivíduo de determinada espécie (Aristóteles, 1984, p. 113, IV, 6, 1126 b 15-25).

A benevolência pressupõe a afeição, mas esta não é determinante, porque a afeição está relacionada com o desejo direcionado muito mais pelos sentidos do que por deliberação.

5 - Afeição, convívio, eleição e hábito

A benevolência distingue-se da simples afeição, porque esta se origina na paixão, enquanto que aquela “[...] aparece através de um ato de eleição, ou seja, de um ato de vontade que se segue a uma deliberação do intelecto” (Cunha, 2000, p. 41).

Afirma Duarte da Cunha, em *Amizade segundo Tomas de Aquino* (2000):

A afeição é a percepção de algo que é bom para mim, que eu desejo e que me atrai, pelo que em certo sentido é independente da racionalidade, e conseqüentemente não precisa ser livre. A benevolência, pelo contrário, é querer o bem para o outro de forma gratuita, sendo, portanto, um ato próprio da vontade racional do homem, uma decisão. Nesta diferença percebe-se que, enquanto a afeição afeta o homem sobretudo nas suas paixões e nos seus desejos mais imediatos, a benevolência é um ato superior, um ato da vontade (2000, p 42).

Enquanto a afeição abarca, intrinsecamente, apenas o amado, caracterizando-se como uma adequação; a benevolência se lhe apresenta como um querer, onde há o amado, o que ama e o bem que se dispensa. Para Aristóteles, a definição da amizade como uma relação de amor é insuficiente, pois como já foi dito, pode-se amar mesmo um objeto. Então a definirá como mútua benevolência manifesta devido à afeição assemelhar-se à paixão e a amizade ao hábito, no qual o amor dispensado àqueles que são bons em si mesmos (amizade perfeita) ser um ato de vontade. Ainda que, em diversas circunstâncias, ocorra benevolência sem amizade ou haja

somente benevolência mútua, ainda assim, não é suficiente, pois “é necessário que a pessoa amada nos apareça como nosso amigo, ao passo que o gesto de benevolência não requer um conhecimento pessoal daquele para quem se quer o bem” (Philippe *apud* Cunha, 2000, p. 42)

A benevolência difere da afeição, embora não se desassocie dela totalmente, uma vez que a amizade pelo útil e o pelo prazer originam-se da afeição, enquanto que na amizade perfeita advém de uma eleição entre as partes que se tende ganhar corpo através do convívio desenvolvendo o hábito e se formando como fruto do amor e da vontade e não do acaso.

Dentre algumas coisas que determinam a amizade há a convivência que é fundamenta, “Porquanto nada é mais característico dos amigos do que o convívio; e, embora sejam os que sofrem necessidade que desejam benefícios, mesmo os que são sumamente felizes desejam passar os dias juntos” (Aristóteles, 1984, p. 184, VIII, 5, 1157 b 15-20). A amizade tende a acontecer entre aqueles que se comprazem na companhia uns dos outros, à proporção que se mostram agradáveis, visto que é próprio da natureza almejar o agradável e evitar o doloroso. Assim, é próprio da amizade perfeita o convívio, porque o homem virtuoso encontra consolo estando consigo mesmo como também com os seus amigos que se apresenta como um outro de si mesmo, ou seja, o outro se lhe assemelha “Logo, como cada uma destas características pertence ao homem bom em relação a si mesmo, e ele se relaciona para com o seu amigo como para consigo mesmo (pois o amigo é um outro ‘eu’), pensa-se que a amizade é também um destes atributos, e que aqueles que possuem estes atributos são amigos” (Aristóteles, 1984, p. 204, IX, 4, 1166 a 30).

Ser o amigo um outro de si mesmo, num primeiro momento, pode deixar margem para que o homem feliz seja um autárquico solitário. Contudo, tal concepção não se coaduna com a própria natureza, uma vez que “(...) o homem é um ser político e está em sua natureza o viver em sociedade. Por isso, mesmo o homem bom viverá em companhia de outros, visto possuir ele as coisas que são boas por natureza” (Aristóteles, 1984, p. 210, IX, 9, 1169 b 15-20). Dessa forma, para melhor compreensão da natureza das coisas, Aristóteles, dedica todo o capítulo 9, do livro IX. Onde conclui mostrando a necessidade do ser do outro (amigo) que é mais ou menos idêntico a si mesmo e, por isso, desejável. Portanto, para o homem ter uma vida plena necessitará de amigos virtuosos.

O convívio entre os amigos dar-se-á naquelas coisas que julgam essenciais à vida, assim uns dedicam-se à caça, outros a beberem juntos, há aqueles que se associam no estudo da filosofia, ou seja, cada qual busca o convívio conforme lhe apraz e faz a vida valer a pena. Porquanto, acredita-se aperfeiçoarem devido receberem dos outros as características que aprovam. Todavia, esse convívio só se torna possível, de forma duradoura, quando nas raízes

da amizade se encontra um ato de vontade, isto é, a eleição, na qual o outro é assumido como um bem em si, diferindo do útil e do prazeroso apenas, como já visto, pois “[...] nas amizades que nascem de uma afeição pelo que é útil ou dá prazer no outro já não intervém a eleição, pois elas dependem da paixão, que é anterior à deliberação e à eleição” (Cunha, 2000, p. 44). Para Aristóteles, só faz sentido falar de eleição de fato na amizade perfeita, onde o tempo e a familiaridade, possibilitada pelo convívio, permitirá que cada qual se mostre amigo e surja a amizade e não somente os seus sinais.

Embora seja a eleição e o convívio sumamente necessários à amizade, é apenas um dos passos, uma vez que o hábito configura o outro, pois “na amizade o ato que manifesta a existência de um hábito é o colóquio e o convívio, que constituem, por sua vez, a causa do nascimento e da conservação da amizade” (Cunha, 2000, p. 268). Assim pondera Duarte da Cunha:

O hábito é sempre uma disposição *ad operationes*. Isto vem confirmar que, embora hábito e ato se distingam, estão relacionados, quer porque a continuação do ato faz nascer e permanecer o hábito, quer porque é o hábito que impele para o ato. Na amizade isto significa que, se o convívio, que é expressão do amor, é o ato para que dispõe o hábito, sem o convívio não só não nascia como não podia perdurar a amizade” (2000, p. 268 - 269).

É pelo hábito que a amizade continuará a acontecer entre os amigos e é ele o responsável pela existência do convívio. A amizade perfeita, em sua base, partindo da eleição, necessariamente tende a desenvolver o hábito, pois ela não pode ter como base uma paixão, visto que esta afeta diretamente os sentidos enquanto que aquela parte de uma deliberação. Daí resulta que mesmo estando os amigos separados, a amizade tende a continuar, visto que os bons são bons referentes a uma disposição de caráter e ou a uma atividade, sucedendo-se o mesmo relativo à amizade. Ela será sempre mais durável toda vez que o hábito, responsável pela sua atualização, levar, estando juntos ou separados, ao ato da benevolência mútua e conhecida.

6 - Beneficência: amizade e os maus

É próprio na relação de amizade, como já visto, o amor. A beneficência é determinante da amizade, e envolve fazer o bem para o outro de forma gratuita, e embora pareça que nesta relação o beneficiado devesse amar mais o benfeitor, e não o inverso, o que ocorre é o contrário, porque o benfeitor, ao modo do artista, ama a sua obra mais do que a obra o ama, por isso amará mais aquele que dispensa o bem do que o que recebe. Afirma Aristóteles:

[...] a posição dos benfeitores [que] é semelhante: a pessoa a quem fizeram bem é como se fosse sua obra, que eles amam mais do que a obra ama o seu artífice [...] e isso tem raízes profundas na natureza das coisas, pois o que ele é em potência, sua obra o manifesta em ato (Aristóteles, 1984, p. 207, IX, 7, 1168 a 5-10).

E, num segundo momento, como é mais difícil fazer o bem, pois requer trabalho, resulta que os benfeitores amarão de maneira mais elevada em relação aos beneficiados, tal como a relação dos pais para com os filhos. As mães tendem a amar mais os filhos porque, “carregando-os e parindo-os”, trabalham por eles e sentem que são seus. O mesmo se dá com os benfeitores que dispensam o amor à medida que os beneficiados os servem.

Por fim, pode-se dizer que a beneficência é um fazer e a benevolência um querer, tal como é próprio do amigo realizar obras que resulte no bem do outro, conforme sustentado por Arthur Giannotti (1996). A primeira segue a segunda, pois é próprio da amizade executar o bem ao outro porque o compreende como um bem em si mesmo (Cunha, 2000, p. 36). Quanto mais o amor dispensado ao amigo necessitar de esforço, mais forte será e a sua ação será acompanhada de sentimentos de amizade.

“A benevolência surge em virtude de alguma excelência ou mérito, quando um homem parece a outro belo, bravo ou algo de semelhante” (Aristóteles, 1984, p. 205, IX, 5, 1167 a 20). E quando conhecida e cultivada por longo tempo entre as partes, pode vir a se tornar amizade se ambos se mostrarem virtuosos. Mas a amizade que existe entre os homens maus será a que visa o útil e/ou o prazer, porque nessas espécies de amizade o outro será sempre uma possibilidade de adquirir certa utilidade ou algum tipo de prazer, tornando o convívio possível, uma vez que os maus não se deleitam uns com os outros, pois neles não há “[...] constância, visto que nem se quer a si mesmos se mantêm semelhantes, mas são amigos durante breve tempo, por se deleitarem na maldade um do outro” (Aristóteles, 1984, p. 187, VIII, 8, 1159 b 5-10). Como, porém, a amizade baseia-se, sobretudo, na igualdade e semelhança, os bons serão constantes, pois é próprio daqueles que são afins na virtude não fazer o mal e nem permitir que o amigo o faça, mantendo-se fiéis uns aos outros.

Enquanto o convívio dos bons se traduz em motivos para se tornarem melhores, devido às partes assemelharem-se na virtude, onde cada um acredita receber do outro os modelos das características que aprovam, não ocorre o mesmo com os maus, porque “mostra ser uma péssima coisa (porque, em razão da sua instabilidade, coligam-se em ocupações más, além de piorar cada um pelo fato de se tornar semelhante aos outros)” (Aristóteles, 184, p. 214, IX, 12, 1171 a 10). Assim, eles só permanecerão juntos à medida que concordarem na prática do mal, contudo como ela é detestável em si mesma e eles não permanecem muito tempo semelhantes

a si mesmos, pois estão sempre querendo o contrário do que queria antes, cessando a concordância nesta prática, cessa-se a amizade.

Quando o homem age conforme a sua razão, e não através dos apelos da paixão, ele está beneficiando a si mesmo e os que o circundam, pois escolher o que é nobre dedicando todos os seus esforços a esta prática faz com que as coisas concorram para o bem comum “(...) e cada um obteria para si os maiores bens, já que a virtude é o bem maior que existe (...)” (Aristóteles, 1984, p. 209, IX, 8, 1169 a 15), assim, Aristóteles considera o homem virtuoso um legítimo amigo de si mesmo, uma vez que obedecendo à razão, que escolhe o que é melhor para si mesma, faz o que deve fazer. Todavia, o homem mau não o será, “(...) porque, com o abandono às suas más paixões, ofende tanto a si mesmo como aos outros [...] o que ele faz está em conflito com o que deve fazer (...)” (Aristóteles, 1984, p. 209, IX, 8, 1169 a 15).

Logo, as relações que parecem definir a amizade, ou seja, o amigo é aquele que deseja e faz o bem no interesse do amigo, ou que deseja que seu amigo exista e viva por ele mesmo, ou, ainda, que desejam viver juntos, tendo os mesmos gostos e compartilham as alegrias e os pesares, são pertencentes ao homem bom, visto que agindo virtuosamente não tem do que se envergonhar, é sempre constante consigo mesmo e com seu amigo. Mas, precisa Aristóteles, não é suficiente que o homem concorde consigo mesmo e se sinta satisfeito para adquirir estas características, porque elas não pertencem aos de mau caráter, pois estes não se harmonizam consigo mesmo e nem com os outros.

E os que cometeram muitos atos abomináveis e são odiados pela sua maldade esquivam-se à própria vida e destoem a si mesmos. E os maus buscam outras pessoas com quem passar os dias e fugir de si mesmos; pois lembram-se de muitos crimes e preveem outros semelhantes quando estão sozinhos, mas esquecem-nos quando têm companhia. E, não possuindo em si nada de louvável, não sentem nenhum amor por si mesmos (Aristóteles, 1984, p. 204, IX, 4, 1166 b 10-20).

Segue-se que os maus não retêm uma disposição amigável nem consigo mesmo e nem com os outros, pois nada há neles digno de amor e o seu ser e seu viver já não lhes são agradáveis a si mesmo e aos outros.

7 - A relação entre amizade e reciprocidade: justiça, igualdade e reciprocidade

A reciprocidade é fundamental para a constituição da amizade. Aristóteles precisa em diversas passagens esta necessidade que permeia toda relação entre duas ou mais pessoas, e que se mostra nas amizades que tenham por base a igualdade ou não. Ao dizer que mesmo os justos necessitam de amigos, Aristóteles, mostra que a amizade e a justiça são coisas diferentes, mas

que se coadunam, tanto que “(...) quando os homens são amigos não necessitam de justiça, ao passo que os justos necessitam também da amizade; e considera-se que a mais genuína forma de justiça seja também uma espécie de amizade (...)” (Aristóteles, 1984, p. 179, VIII, 1, 1155 a 25). Como, pois, a reciprocidade baseia-se, sobretudo, na justiça faz-se necessário lançar um breve olhar, a fim de entender o que Aristóteles concebe como justiça e como se dá esta relação.

A justiça é uma espécie de meio-termo, porém não no mesmo sentido que as outras virtudes, e sim porque se relaciona com uma quantia ou quantidade intermediária, enquanto a injustiça se relaciona com os extremos. E justiça é aquilo em virtude do qual se diz que o homem justo pratica, por escolha própria, o que é justo, e que distribui, seja entre si mesmo e um outro, seja entre dois outros, não de maneira a dar mais do que convém a si mesmo e menos ao seu próximo (e inversamente no relativo ao que não convém), mas de maneira a dar o que é igual de acordo com a proporção; e da mesma forma quando se trata de distribuir entre duas outras pessoas (Aristóteles, 1984, p. 129, V, 5, 1134 a 5-10).

A justiça, segundo Aristóteles, é composta por dois aspectos distintos, ou seja, primeiro, é definido como justiça normativa; segundo, em um sentido de produzir igualdade, conforme aponta Olinto Antônio Pegoraro (1995). No sentido normativo ou “legal é a justiça universal, isto é, o respeito às leis positivas do Estado” (Pichler, 2004a, p. 75), que abarca toda vida moral no Estado grego. Então quando o homem age e seus atos estão “[...] conforme a regra da lei, isto é, realizando atos de coragem, de moderação, de prudência, e evitando as ações contrárias, os vícios, pode ser dito justo (...)” (Pichler, 2004a, p. 76), visto que as leis visam o bem comum seja de todos ou dos melhores ou dos que detêm o poder, sendo, pois, em certo sentido considera justo “(...) aqueles atos que tendem a produzir e a preservar, para a sociedade política, a facilidade e os elementos que a compõem (...)” (Aristóteles, 1984, p. 122, V, 1, 1129 b 15-20).

Quando a justiça está no sentido de busca de igualdade, afirma-se distributiva ou corretiva. A justiça distributiva promove a distribuição dos bens públicos, honras, riquezas, encargos sociais e obrigações que devem ser divididos entre os cidadãos que compartilham, através da constituição, dos benefícios e obrigações, ainda que sua participação possa ser igual ou desigual em relação aos demais. Destarte, o parâmetro para a divisão dos bens será a igualdade, mas igualdade proporcional, onde as partes recebem aquilo que lhes é devido (Pichler, 2004a). Mas, quando a justiça é do tipo corretiva, então se diz da justiça que visa aplicar a correção e a restituição nas transações voluntárias ou involuntárias entre os cidadãos, não fazendo distinções entre eles, mas os considerando como iguais detentores de direitos e deveres perante o Estado. Assim, a condição social é irrelevante, porque a “[...] lei considera apenas o caráter distintivo do delito e trata as partes como iguais, se uma comete e a outra sofre injustiça, se uma é autora e a outra é vítima do delito” (Aristóteles, 1984, p. 126, V, 1132 a 5).

Enquanto a justiça distributiva consiste em uma igualdade geométrica; a corretiva, em igualdade aritmética, pois esta independe da condição social do homem (Pichler, 2004a).

Assim, de acordo com a concepção de justiça, o bom cidadão é virtuoso não somente por cumprir a lei, “mas por causa da sua disposição interior permanente, formada e cultivada com esforço de cumprir seus deveres legais no seio da Polis” (Pegoraro, 1995, p. 35), porque conta mais a formação nas virtudes, dentre elas a justiça, do que apenas as prescrições objetivas da lei.

Aristóteles atribui à justiça o *status* de virtude plena, a qual compreende toda as outras virtudes e pode ser aplicada tanto a si mesmo quanto ao outro. Por isso, toda relação de amizade, necessariamente, pressupõe a justiça, visto ser injusto retribuir mal a quem propicia um bem. Quando uma das partes não respeita a recíproca, então não se encontra aí uma relação de amizade, porque “quem é amigo é justo, pois é constitutivo da amizade retribuir proporcional ou igualmente o bem recebido” (Lopes, 2004, p. 87).

A amizade e a justiça são fundamentais à construção e a harmonia da cidade, uma vez que está na natureza dos homens buscarem a organização visando o bem comum, segundo o que é justo, realizando-se mutuamente na amizade, na qual é campo peculiar para o desenvolvimento das virtudes. Por isso, “[...] se a amizade implica justiça, isso se deve ao fato de a amizade ser capaz de fazer nascer nos amigos uma disposição interna e voluntária pela qual a ação recíproca não infringe nem o que é justo nem o que é bom” (Lopes, 2004, p. 88). Visto a amizade e a justiça, para Aristóteles, terem a mesma extensão, pois “em toda comunidade pensa-se que existe alguma forma de justiça, e igualmente de amizade [...]. E até onde vai a sua associação vai a sua amizade, como também a justiça que entre eles existe” (Aristóteles, 1984, p. 188, VIII, 9, 1159 b 25-30).

Por isso, é necessária à relação de amizade uma predisposição para a prática da justiça, ou seja, “estabelecer uma relação de amizade, seja ela de que tipo for, supõe, de imediato e concomitantemente, que as partes estejam dispostas para uma *relação* segundo o princípio da equidade, isto é, da justiça” (Lopes, 2004, p. 90). A justiça apresenta-se equivalente nas espécies de amizades, cuja base da relação se apoia na igualdade, onde cada parte recebe aquilo que oferece. Mas nas relações que envolvem desigualdade entre as partes, os bens são distribuídos proporcionalmente conforme as condições em que estão as partes.

Para entender a reciprocidade, torna-se imprescindível uma compreensão básica de como Aristóteles concebe a igualdade, uma vez que “cada qual, portanto, ao mesmo tempo que ama o que é bom para ele, retribui com benevolência e apazibilidade em igualdade de termos; porque se diz que amizade é igualdade, e ambas são encontradas mais comumente na amizade

dos bons” (Aristóteles, 1984, p. 184, VIII, 5, 1157 b 35). O estagirita coloca como possibilidade para que haja reciprocidade na amizade, primeiramente, uma igualdade ontológica (Cunha, 2000), ou seja, torna-se inviável a amizade entre Deus e o homem como entre o senhor e o escravo, embora estes últimos considerados em sua humanidade, não se constitui aí um fosso ontológico, ainda que o escravo seja um instrumento não torna inválida a reciprocidade, porque ambos são homens. Enquanto que entre Deus e o homem é impossível, pois nada há de comum entre eles, as partes não se relacionam.

Num segundo momento, ao enfatizar que a amizade, e ela ser baseada em certa semelhança, define assim a necessidade para cada espécie de amizade o seu objeto próprio, isto é, a amizade pelo útil, pelo prazer e pela virtude. O amor dispensado ao amigo será conforme a espécie de amizade que se apresenta. Embora não desabilite a espécie de amizade marcada pela dessemelhança, visto que a reciprocidade é circunstancialmente definida pela proporcionalidade que iguala as partes e a preserva. O amigo, à medida que encontra um campo propício para o desenvolvimento da virtude pode aumentar essa semelhança – pois é peculiar da amizade mais amar do que ser amado – ainda que ela já exista.

A igualdade psicológica ou concórdia⁶ apresenta-se como determinante da amizade, porque é necessário que os amigos concordem naquilo que seja básico para o bem comum, seja da própria amizade tanto da comunidade. Não é simplesmente ter a mesma opinião sobre tudo, concordarem em todos os assuntos, pelo contrário, deve haver liberdade na especulação, pois se assim não fosse a própria filosofia estaria comprometida. É, antes, nas questões práticas relacionadas ao bem comum e mais próprio nessa perspectiva está a amizade política, onde versa sobre coisas que são do interesse de todos e diz respeito à vida de todos. Segundo Tomás de Aquino, a concórdia dá-se acerca dos operáveis, mas somente aqueles que estiverem sob duas condições, a saber: que tenha alguma magnitude, porque “não se remove a concórdia entre pessoas, pelo fato de que estas discordem em coisas mínimas” e a outra é que “seja tal que possa convir a ambos os concordantes, ou também a todos os homens, ou a todos os cidadãos de uma cidade” (Aquino, [s/d], p. 926). Sendo a concórdia fundamental às decisões práticas, não se pode reduzi-la ao consenso apenas, porque à medida que envolve a amizade, encerra justiça (Lopes, 2004), destarte os que são incapazes de concórdia quanto de amizade o são devido a visarem mais do que a sua justa vantagem e deixam a desejar no que lhes compete nas coisas públicas. Quando os homens agem assim “[...] o patrimônio comum não tardará a ser completamente demolido. Daí resulta encontrarem-se em estado de luta, procurando coagir uns

⁶ A tradução da *Ética a Nicômaco* utilizada neste trabalho apresenta o termo unanimidade, mas usaremos o termo igualdade psicológica ou concórdia para seguirmos mais de perto a exposição feita por Duarte da Cunha (2000).

aos outros sem que ninguém se disponha a fazer o que é justo” (Aristóteles, 1984, p. 206, IX, 6, 1167 b 10-15).

Por fim, tem-se a igualdade social ou comunicação: “e o provérbio segundo o qual ‘os amigos têm tudo em comum’ é a expressão da verdade, pois a amizade depende da comunhão de bens” (Aristóteles, 1984, p. 188, IX, 9, 1159 b 30). É fundamental, para Aristóteles, que a relação de amizade tenha em seu bojo uma comunicabilidade fruto da reciprocidade e oriunda da vida em comum. Esta comunicabilidade dar-se-á em três aspectos: a comunicação de alguma coisa à outra pessoa, a pertença a um grupo comum e a comunicação entre si de todas as coisas (Cunha, 2000).

Como é próprio do amigo comunicar ao outro aquilo que há de melhor e, por ser a amizade e a justiça coextensivas, pode-se dizer que tal como é a justiça é a amizade. Ambas se relacionam com o próximo fazendo o que é justo e vantajoso para o outro, configurando-se como um querer e fazer o bem ao outro.

A pertença a um grupo comum é propício à amizade devido as partes estarem numa mesma realidade, ou seja, mais próprio nascer a amizade entre os iguais. Essa pertença, em última instância, apresenta-se de forma plena em todas as comunidades, pois “(...) é tendo em vista alguma vantagem particular que os homens viajam juntos, e a fim de proverem alguma coisa necessária à vida (...)” (Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, 1984, p. 188, XIII, 9, 1160 a 10), e como parece ter surgido daí a comunidade política o legislador tem como objetivo o que concerne para o bem comum e que chamam de justo, a fim de garantir a vida em sociedade.

Comunicar entre si todas as coisas, segundo o adágio “os amigos têm tudo em comum’ é a expressão da verdade, pois a amizade depende da comunhão de bens” (Aristóteles, 1984, p. 188, IX, 9, 1159 b 30), é próprio da amizade, pois visa o bem das partes. Dessa forma, sustenta Duarte Cunha: “a unidade que existe entre as coisas que pertencem aos amigos, não só as coisas materiais, mas tudo o que diz respeito à vida dos amigos, de tal forma que o bem de cada um é parte da unidade que é o bem comum” (2000, p. 275).

A reciprocidade terá aspectos próprios que permitirá a conjugação de cada espécie de amizade, isto é, através do fim esperado, seja da amizade marcada pela igualdade ou desigualdade, que se poderá caracterizar a que espécie esta ou aquela relação de amizade pertence.

Nas amizades em que há desigualdade entre as partes, basta saber que a reciprocidade será, fundamentalmente, marcada pela proporcionalidade ou por aquilo que estiver ao alcance das partes. Haverá reciprocidade à medida que houver justiça e conforme os méritos entre as partes.

Porquanto a amizade pede um homem que faça o que pode e não o que é proporcional aos méritos do caso, já que isso nem sempre é possível, como, por exemplo nas honras entre os deuses ou aos pais. Com efeito, ninguém jamais lhes poderia pagar o equivalente do que recebeu, mas o homem que os serve na medida de suas capacidades é considerado um homem bom (Aristóteles, 1984, p. 195, VIII, 14, 1163 b 15-30)

A recíproca, cuja amizade é caracterizada pela igualdade, apresenta-se pela retribuição própria a cada parte de maneira semelhante, visto que cada espécie de amizade – útil, prazer e virtude – devem receber aquilo que oferecem.

A utilidade deverá ser retribuída com utilidade, pois nessa espécie o útil é o que é comum e o que faz a amizade existir é a expectativa de retribuição que o amigo supõe que receberá ao beneficiar o outro, uma vez que a vantagem do beneficiado é a medida.

No tocante à amizade pelo prazer, a recíproca dar-se-á também na retribuição daquilo que se oferece, embora possa ocorrer que um amigo ofereça prazer e o outro retribua com utilidade, ainda sim a reciprocidade é garantida devido a igualdade entre as partes não ser quantitativa, mas qualitativa uma vez que o bem oferecido deve estar condizente com o outro e em vista dele (Cunha, 2000).

Como na amizade pela virtude a semelhança se dá pelo fato das partes se amarem como um bem em si mesmo, a reciprocidade não parte de um cálculo ou de uma espera do prazer dispensado, mas se inicia a partir do ato da eleição, porque é marcada pela virtude, a qual cada recebe o mesmo que oferece ou algo semelhante devido, as partes, possuem tudo o que convém a amizade de forma plena.

A amizade entre os bons, e só ela, também é invulnerável à calúnia, pois não damos ouvidos facilmente às palavras de qualquer um a respeito de um homem que durante muito tempo submetemos à prova; e é entre os bons que são encontradas a confiança, o sentimento expresso pelas palavras “ele nunca me faria uma deslealdade”, e todas as outras coisas que se requerem numa verdadeira amizade (Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, 1984, p. 183, VIII, 4, 1157 a 20-25)

Pode-se romper uma amizade quando as partes não são mais as mesmas que eram no início. A reciprocidade é interrompida se um amigo se apresentou como bom e depois se revelou mau, pois ninguém busca o que é mau, por isso, segundo Aristóteles, deve-se desfazer a amizade. Mas, havendo possibilidade de mudança no caráter, deverá o amigo contribuir para que isso aconteça, visto ser característico da amizade. Contudo, um amigo ultrapassando em virtude o outro, a amizade não se sustentará, porque não haverá concordância entre as partes, já não aprovarão as mesmas coisas, não se deleitarão ou se contristarão com as mesmas coisas.

Embora, devido a intimidade de outrora é peculiar da amizade obsequiar primeiro a esses do que a outros, todavia se a amizade não foi rompida por excesso de maldade.

Conclui-se que tão necessária à amizade é o ato conhecido e recíproco entre as partes, isto é, todos os elementos que envolvem a relação dos amigos serão constitutivos da amizade à medida que forem conhecidos e recíprocos, pois aquele que sente benevolência, como já visto, deverá também ser estimado pelo seu amigo e, ambos, devem tornar esta benevolência conhecida e recíproca para forma a amizade.

Porque não é possível a concretização da amizade quando apenas um é conhecedor da benevolência, pois se assim for, tornar-se-á uma relação na qual há apenas o princípio da amizade, e não a amizade como tal. E também recíproca, uma vez que é próprio da relação de amizade fazer o bem e mesmo retribuir o bem recebido. Vê-se aqui que não basta a uma das partes conhecer os próprios sentimentos, mas é preciso demonstrá-los como também ser retribuídos “Com efeito, a amizade pode sobreviver ao desaparecimento de muitos elementos que a compunham, mas quando uma das partes é afastada para muito longe, como se sucede com Deus, cessa a possibilidade de amizade” (Aristóteles, 1984, p. 186, VIII, 7, 1159 a 5).

Então, em qualquer espécie de amizade a reciprocidade deve ser pressuposta pelas partes, pois possibilita que os demais elementos sejam realizados na relação, sem ferir o sentido de igualdade, como foi demonstrado, visto que, “Os amigos recebem as mesmas coisas um do outro e desejam-se mutuamente as mesmas coisas, ou trocam coisas entre si, como por exemplo, o prazer pela utilidade” (Aristóteles, 1984, p. 185, VIII, 6, 1158 b 5). Como não é possível ocorrer amizade entre o homem e o objeto inanimado, os amigos serão aqueles que se permitirem uma relação benevolente e conhecida reciprocamente.

Considerações finais

Ao verificar as diferentes espécies de amizades e seus respectivos fins, foi possível perceber como, embora cada uma independente da outra, compõe a comunidade política, a qual tende, de modo comum, a abarcar toda a vida humana e é na vida pública que o homem realizará a prática das virtudes, e é este o ambiente propício para que aconteça a amizade.

O que se pode depreender da concepção aristotélica de amizade é que os conceitos de benevolência e reciprocidade são fundamentais para a compreensão da amizade. Nas espécies de amizade apresentadas por Aristóteles, constatou-se que tanto para as amizades cujas partes são iguais ou igualadas proporcionalmente, que a reciprocidade e a benevolência, ainda que esta última está de modo particular vinculada a ideia de amizade perfeita, são aspectos imprescindíveis.

Ao examinar o conceito de benevolência, percebeu-se que constitui uma parte fundamental da relação entre amigos, embora por si só não garanta a amizade, pois pode aparecer de repente sem que seja desenvolvida pelas partes. Antes, deverá ser, obrigatoriamente, conhecida e recíproca para que faça parte da amizade como tal. Apenas a existência da benevolência não garante que as partes possam vir a se tornarem amigas. Poder-se-á dizer que é princípio de amizade, contudo deverá necessariamente ser conhecida e recíproca e ser resultado de um ato deliberado, diferenciando-se de uma simples afeição, uma vez que esta não funda a amizade perfeita, mas, mais particularmente, as amizades por utilidade e prazer.

A benevolência será constatada na vida daqueles que se propuseram a estar juntos, aperfeiçoando-se mutuamente, como é próprio dos homens semelhantes na virtude, posto que estes são possuidores plenos dos aspectos que determinam a amizade. E, executando os atos próprios da amizade, tendem a desenvolver, assim, o hábito que permite o crescimento da amizade e a garantia que não terminará por qualquer coisa, como é próprio da amizade entre os homens maus, porque tendem a manter-se na superficialidade, visto que o seu ser e o existir já não mais lhes são agradáveis e nem o do seu próximo. Assim, entre os homens maus a constância, seja consigo mesmo ou com os outros, é efêmera e a benevolência aqui não é encontrada, pois todos tendem a buscar os seus próprios interesses, e o amigo passa a ser um meio apenas de alcançá-los.

Constatou-se que devido as diferenças entre as espécies de amizades, acarretam que a reciprocidade assumirá aspectos distintos dependendo do fim almejado. Toda e qualquer relação que tenha por base a amizade pressupõe, imprescindivelmente, a reciprocidade, haja vista ser ela a que possibilita tudo o que segue, porque só há condição para todos os demais aspectos que compõe a relação entre amigos quando os mesmos se permitem a reciprocidade. Contudo, esta mesma reciprocidade deve envolver também a justiça que, tendo a mesma extensão que a amizade, garante que na relação nenhuma das partes sairá prejudicada. Isso é encontrado plenamente no homem bom, pois já deseja o bem do seu amigo por ele mesmo e não mais devido a um fim extrínseco a ele.

Fundamentalmente, a constituição da amizade através da reciprocidade ocorre quando os aspectos pertinentes à relação – igualdade ontológica, semelhança, concórdia, comunicação – não são feridos demasiadamente, ou seja, as características próprias de sua composição abarcam as partes sem discrepância. Todavia, como já visto, a amizade para acontecer reivindica, pois, se assim não fosse, poderia tomar como amigo até as coisas inanimadas. Isto é sabido que não é possível.

Mas, embora seja a reciprocidade fundamental à amizade, não se pode afirmar que por si só garanta a amizade. Pois, se assim fosse, bastaria ser membro de uma comunidade política ou fazer parte de uma sociedade para ser amigo ou até os maus seriam capazes de amizade, pois eles também são capazes dos atos de reciprocidade. Como já foi mostrado que eles não podem ser amigos, então ela só poderá ser assumida como aspecto fundamental se for tomada juntamente com todos os outros conceitos que são responsáveis pela formação da relação da amizade. Conclui-se que os dois conceitos – benevolência e reciprocidade – estão, intimamente, ligados entre si e são aspectos básicos para que a relação entre amigos seja possível. Sem eles a relação não se concretiza ou, uma vez já existindo, tenderia a acabar.

Referências

AQUINO, S. Tomás de. *Comentários a Aristóteles*. Introdução Geral. Comentários ao De Interpretatione, Física, De Anima, Metafísica, Ética, Política. Portuguese Version, [s/d]. Disponível em: https://archive.org/details/comentarios-a-aristoteles-sao-tomas-de-aquino_202110/page/n5/mode/2up?view=theater. Acesso em: 05 fev 2024.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross. São Paulo: Abril, 1984.

ARISTÓTELES. *Moral: la gran moral. Moral a Eudemo*. [s/d]. Acesso em: [https://aprendizaje.mec.edu.py/aprendizaje/system/content/0c59c97/content/Arist%C3%B3teles%20\(384%20a.C.%20-%20322%20a.C.\)/Arist%C3%B3teles%20-%20Moral%20a%20Eudemo.pdf](https://aprendizaje.mec.edu.py/aprendizaje/system/content/0c59c97/content/Arist%C3%B3teles%20(384%20a.C.%20-%20322%20a.C.)/Arist%C3%B3teles%20-%20Moral%20a%20Eudemo.pdf). Acesso em: 15 set 2024.

BERTI, Enrico. A relação entre as formas de amizade segundo Aristóteles. *Analytica*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 23-44, 2001/2002.

CUNHA, Duarte da. *A amizade segundo São Tomás de Aquino*. S. João do Estoril: Principia, 2000.

GIANNOTTI, Arthur José. O amigo e o benfeitor: reflexões sobre a *φιλία* do ponto de vista de Aristóteles. *Analytica*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 167-178, 1996.

LEFEBVRE, René. Referência e semelhança: as amizades de Aristóteles. *Analytica*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 45-91, 2001-2002.

LOPES, Marisa. *Ação ética e virtude cívica em Aristóteles*. 2004. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/df/site/posgraduacao/2005_doc/DOC_2005_MarisaLopes.pdf> Acesso em: 04 fev 2024.

PEGORARO, Olinto Antonio. *Ética é justiça*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

PHILIPPE, Marie-Dominique. *O amor na visão filosófica, teológica e mística*. Tradução Celeste Magalhães Souza. Petrópolis: Vozes, 1999.

PICHLER, Antonio Nadir. *A felicidade na ética de Aristóteles*. Passo Fundo: UPF, 2004a.

PICHLER, Antonio Nadir. As três formas de amizade na ética de Aristóteles. *Ágora Filosófica*, Pernambuco, ano 4, n. 2, p. 193-209, jul./dez. 2004b.

Recebido em: 30/05/2024.

Aprovado em: 10/11/2024.